

## **Todo mundo precisa de justiça reprodutiva<sup>1</sup>**

Renee Bracey Sherman & Regina Mahone

Tradução: Mel Bleil Gallo

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC/USP)

E-mail: [melbleilgallo@gmail.com](mailto:melbleilgallo@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7507-2979>

A Dra. Toni Bond fez o seu primeiro aborto aos 12 anos. Era 1977 e a primeira vez que ela ouvia falar sobre aborto. Ela não sabia nada sobre como funcionava o seu sistema reprodutor; sua família não falava sobre sexo ou aborto. Mesmo depois de ela engravidar, sua família não falava sobre isso, devido à vergonha, ao estigma religioso e às suposições de promiscuidade sexual que tudo isso acarretava. Ainda assim, a mãe da Dra. Bond marcou uma consulta para que ela recebesse cuidados médicos. Mais tarde, a Dra. Bond descobriu que a sua mãe também tinha feito um aborto, antes de ser legalizado. A mãe levou-a ao Friendship Medical Center, em Chicago, a clínica do líder dos direitos civis Dr. T.R.M. Howard. Devido à *Emenda Hyde*, o seguro Medicaid<sup>2</sup> não cobria o aborto, contou-nos a Dra. Bond numa entrevista, então a mãe pagou do próprio bolso, atrasando o pagamento do aluguel e de outras contas e pedindo dinheiro emprestado para poder pagar o aborto. A experiência, disse a Dra. Bond, foi bastante traumática e ela quase morreu por causa disso. O foco da clínica era realizar o máximo de procedimentos possível por dia, então, o atendimento às pacientes era prejudicado, mas, na época, havia pouca possibilidade de reclamação ou de responsabilização<sup>3</sup>. A Dra. Bond lembra-se da falta de humanidade e de ser

---

<sup>1</sup> Publicação Original: BRACEY SHERMAN, Renee; MAHONE, Regina. 2024. Everybody needs reproductive justice. In: BRACEY SHERMAN, Renee; MAHONE, Regina. *Liberating abortion: Claiming Our History, Sharing Our Stories, and Building the Reproductive Future We Deserve*. New York, HarperCollins, p. 209-241.

<sup>2</sup> [N.T.] O *Medicaid* é um programa social de assistência à saúde voltado à população de baixa renda dos Estados Unidos, financiado com recursos públicos dos estados e do governo federal. A *Hyde Amendment* [Emenda Hyde] é uma legislação de 1976, que proibiu o uso de recursos federais para financiar abortos, exceto para salvar a vida da mulher, atingindo prioritariamente a população beneficiada pelo *Medicaid*.

<sup>3</sup> [N.A.] Como você deve se lembrar do capítulo 4, “A primeira vez que o aborto foi crime”, o Dr. Howard estava interessado em ser pioneiro no “aborto na hora do almoço”, e suas clínicas realizavam entre 60 e 100 abortos por dia. Embora essa taxa possa ter afetado o volume de pessoas que precisavam de abortos, parece não ter se traduzido em uma atenção cuidadosa.

“tratada como gado” na clínica, que ela disse ter uma má reputação. As enfermeiras recusaram-se a permitir que sua mãe entrasse na sala de procedimentos e seguraram a jovem. A Dra. Bond diz que os médicos gritaram com ela. Ela estava com medo porque era uma criança; não sabia o que estava acontecendo. Tudo o que sabia era que a sua menstruação tinha parado e que estava grávida. Fora isso, ela tinha pouco conhecimento sobre o seu corpo. Alguns meses depois, com cerca de 20 semanas de gestação, a Dra. Bond começou a ter uma hemorragia e foi levada às pressas para a sala de emergência, onde descobriu que o seu aborto estava incompleto. Os profissionais do Friendship Medical Center deixaram tecido fetal dentro do seu corpo.

Quando lhe perguntamos sobre as contradições entre o lugar ocupado por Dr. Howard como líder dos direitos civis e a sua própria experiência de aborto na clínica dele, ela explicou que parecia a diferença entre prestar cuidados e conectar-se com a comunidade. “Não seria fora da realidade que mulheres e meninas negras fossem tratadas de forma diferente no Friendship Medical Center”, explicou ela. O seu aborto, embora traumático e com risco de vida, tornou-se uma fonte de inspiração para o seu atual trabalho. “Acho que foi por causa dessa experiência traumática que foi importante para mim fazer este trabalho”.

Foi só aos 16 anos que a Dra. Bond ouviu alguém falar sobre aborto. Ao passar pela Daley Plaza, ouviu uma oradora compartilhar a sua história de aborto num comício da Chicago National Organization for Women [Organização Nacional para Mulheres de Chicago]. “Parei e fiquei ouvindo”, ela nos contou. “E me lembro de dizer que era isso que queria fazer quando crescesse. Era isso que queria fazer um dia”.

A Dra. Bond fez quatro abortos antes de aprender como funcionava o seu sistema reprodutor aos 29 anos, idade em que começou a trabalhar com direitos reprodutivos. Mais tarde, ela foi cofundadora do movimento por justiça reprodutiva. Em 1994, depois de trabalhar como defensora da saúde num centro de atendimento a vítimas de violência sexual, ela foi recrutada para se candidatar ao cargo de diretora executiva do Chicago Abortion Fund [Fundo de Aborto de Chicago]. A organização estava empenhada em contratar não apenas a sua primeira diretora executiva negra, mas também a primeira mulher negra a dirigir um fundo de aborto no país. A Dra. Bond hesitou em assumir o cargo sem experiência prévia na gestão de uma organização,

mas acabou por aceitar e aprendeu muito mais do que esperava naquele ano. A certa altura, quando foi ao Chicago Women's Health Center [Centro de Saúde das Mulheres de Chicago]<sup>4</sup> para fazer um teste de gravidez, uma profissional de saúde lhe perguntou se ela estava familiarizada com o seu ciclo menstrual. A Dra. Bond não estava; ela só sabia que a sua menstruação vinha todos os meses e que “normalmente, quando vinha, era muito inconveniente”. A profissional de saúde lhe explicou sobre seu sistema reprodutor, ajudando-a a monitorar o seu ciclo e ensinando-a a fazer um exame cervical. “Aquele foi meu momento de eureka!”, disse a Dra. Bond, percebendo que, após quatro gravidezes indesejadas e quatro abortos, ela — diretora executiva do Chicago Abortion Fund — não sabia como não engravidar. “Mas, depois que a profissional de saúde me ajudou a aprender sobre como monitorar meu ciclo menstrual, foi como se uma névoa tivesse se dissipado. Eu não sabia que tinha tanto poder e controle sobre meu próprio corpo”.

Durante o segundo mês de trabalho da Dra. Bond, ela participou de uma conferência patrocinada pela Illinois Pro-Choice Alliance [Aliança Pró-Escolha de Illinois] e pela Ms. Foundation for Women [Sra. Fundação pelas Mulheres]. A conferência reuniu defensores da saúde reprodutiva em Chicago para discutir uma recente mudança na política do então presidente Bill Clinton, que naquela época defendia que o aborto deveria ser “seguro, legal e raro”. Ele também tinha feito uma promessa de campanha com conotação racial de “acabar com o bem-estar social como o conhecemos”, o que seria prejudicial para as famílias pretas e pardas de baixa renda.

A Dra. Bond e as outras mulheres negras na sala trabalhavam na linha de frente pela liberdade sexual e reprodutiva; todas elas compreendiam como essas questões

---

<sup>4</sup> [N.T.] O Chicago Women's Health Center teve origem no Movimento Feminista por Saúde dos anos 1960 e 1970 e no *Jane Abortion Collective*. Jane era uma rede clandestina de pessoas que, no final dos anos 60 e início dos anos 70, proporcionava acesso a serviços de aborto, apesar de tal prática ser ilegal. Mais de 11.000 abortos foram realizados com segurança pela Jane antes que sete integrantes fossem presas. Um fundo de defesa legal foi criado para essas integrantes, mas deixou de ser necessário com a aprovação da lei *Roe v. Wade* em 1973, que legalizou o aborto nos Estados Unidos. O fundo de defesa foi então usado para criar a Clínica Emma Goldman, especializada em cuidados ginecológicos. As fundadoras da Emma Goldman criaram posteriormente o Centro de Saúde das Mulheres de Chicago em 1975. Ver: <https://www.chicagowomenshealthcenter.org/cwhc-history>

eram profundamente afetadas pelo racismo sistêmico e institucional contra negros e pobres. Elas sabiam instintivamente que as plataformas políticas do presidente Clinton eram prejudiciais, mas também sabiam que as limitadas soluções — como focar exclusivamente no aborto — propostas por um enquadramento pró-escolha não seriam adequadas para contrariar essa proposta, nem serviriam à totalidade das vidas das pessoas pretas e pardas. Essas mulheres sabiam que o caminho para a libertação tinha de envolver uma visão que consolidasse os nossos direitos fundamentais como seres humanos, algo que as mulheres negras nunca tiveram neste país sem algum tipo de vigilância ou interferência do governo. Doze das mulheres negras se reuniram em um quarto de hotel para discutir outra maneira, explicou a Dra. Bond. “Não compreendíamos a magnitude do que estávamos nos reunindo para fazer naquele quarto de hotel”.

\* \* \*

A tradição acerca da fundação da justiça reprodutiva, tal como é contada no movimento, é de que doze mulheres negras criaram o paradigma da justiça reprodutiva em junho de 1994, durante uma reunião em Chicago. Elas estavam frustradas com a proposta de saúde do presidente Clinton de 1993, que estigmatizava o aborto e, ao mesmo tempo, não centrava as necessidades das mulheres de cor. Essa história é verdadeira, mas as raízes do conceito são muito mais antigas na história.

Desde antes dos dias das sufragistas, as ativistas pretas e pardas sempre desafiaram os sistemas e as organizações que deixavam as suas experiências à margem. Elas experienciaram intimamente a vivência na intersecção de raça, classe e gênero, sabendo que essas questões precisavam ser abordadas conjuntamente. O movimento pelos direitos reprodutivos não foi diferente. Já em 1973, as mulheres negras denunciavam o enquadramento organizacional dos direitos reprodutivos por deixar de fora as necessidades das suas comunidades. Num editorial de 1973 sobre a decisão *Roe*, publicado no *The Black Woman's Voice*, o National Council of Negro Women [Conselho Nacional de Mulheres Negras] identificou maneiras pelas quais as mulheres negras eram forçadas a aceitar a esterilização para continuar recebendo benefícios sociais, e como outras mulheres e meninas negras eram esterilizadas sem

consentir com o procedimento. Em alguns casos, as mulheres negras eram forçadas a fazer abortos como punição por defenderem os direitos civis. O editorial emitia este importante aviso: “Devemos estar sempre vigilantes para que o que parece ser, aparentemente, um passo em frente não se torne, na verdade, mais um grilhão ou método de escravidão”. Da mesma forma, em 1977, o Combahee River Collective [Coletivo do Rio Combahee] emitia a sua declaração de princípios, identificando o feminismo negro como “o movimento político lógico para combater as múltiplas e simultâneas opressões que todas as mulheres de cor enfrentam”.

Como explica a Dra. Bond, o movimento moderno por justiça reprodutiva apoiou-se em ativistas negras como Byllye Avery e Lillie Pearl Allen. Avery é uma icônica feminista negra ativista da saúde que, logo após a legalização do aborto, cofundou o Gainesville Women’s Health Center [Centro de Saúde das Mulheres de Gainesville], uma clínica de aborto e centro de parto. Ela trabalhou em parceria com Allen, uma educadora em saúde que desenvolveu o workshop “Black and Female: What Is the Reality?” [Negra e mulher: qual é a realidade?], no qual as participantes puderam explorar como o racismo e a misoginia afetavam as suas experiências em saúde. O trabalho de Avery e Allen foi essencial para unir os impactos de raça, gênero e classe nas comunidades negras. Em 1983, o Spelman College realizou a primeira Conferência Nacional sobre Questões de Saúde das Mulheres Negras, com quase 2 mil participantes. Segundo reportagem do *New York Times* publicada em novembro de 2023, o evento de três dias mudou a forma como as mulheres negras pensavam e falavam sobre a nossa saúde e os efeitos do racismo sobre nós. Depois disso, Avery e Allen sabiam que precisavam continuar a se organizar em torno da saúde das mulheres negras, criando o National Black Women’s Health Project [Projeto Nacional de Saúde das Mulheres Negras] — agora chamado Black Women’s Health Imperative [Imperativo de Saúde da Mulher Negra]. O programa centrava-se na saúde e no bem-estar das mulheres negras e, inicialmente, não assumiu uma posição pública sobre o aborto. Avery e outras mulheres da organização dedicavam-se à questão; outras consideravam o aborto um genocídio contra as comunidades negras ou um problema das mulheres brancas. Mas, à medida que os ataques legais ao aborto continuavam, organizações nacionais de mulheres negras, incluindo o Projeto Nacional de Saúde

das Mulheres Negras, juntaram-se a grupos de direitos ao aborto liderados por mulheres brancas. Em 1986, ao lado do Conselho Nacional de Mulheres Negras, liderado pela lendária líder dos direitos civis Dorothy Height, e mais de cem organizações encabeçadas por mulheres de cor, o Projeto Nacional de Saúde das Mulheres Negras apoiou a Marcha pela Vida das Mulheres daquele ano, marcando um ponto de virada para a questão dos direitos reprodutivos na esfera pública.

Nesse mesmo ano, o Missouri promulgou uma lei que estabelecia a personalidade jurídica do feto, o que significava que para aquele estado a “vida” começava na concepção, e que os embriões passariam a ter direito a proteções legais historicamente reservadas aos seres humanos vivos, impondo uma série de restrições ao aborto, incluindo a proibição do uso de fundos públicos, funcionários ou instalações para “incentivar ou aconselhar” uma paciente a fazer um aborto, a menos que fosse para salvar a vida da pessoa. Essa lei não apenas ultrapassou os limites estabelecidos na decisão *Harris v. McRae* de 1980, ao aplicar restrições ao uso de fundos públicos para serviços de aborto a todas as pessoas grávidas, e não apenas às beneficiárias do Medicaid, mas também interferiu na prática da medicina.

Em 1989, o caso *Webster v. Reproductive Health Services* chegou ao Supremo Tribunal dos Estados Unidos, com a solicitação do estado do Missouri para que o Tribunal revisse a lei e reconsiderasse o caso *Roe*. Embora o Tribunal não tenha aceitado e reconsiderado o caso *Roe*, manteve as disposições da lei do Missouri, sinalizando o que o futuro reservava para o direito constitucional ao aborto nos Estados Unidos. Faye Wattleton, então presidente da Planned Parenthood [Parentalidade planejada], disse que, como a decisão negava o acesso ao aborto em todas as instalações financiadas com recursos públicos, “a decisão *Roe*, tal como a conhecíamos, deixou de existir”.

A decisão *Webster* da Corte abalou ativistas, em particular mulheres negras líderes que vinham lutando para preservar e até mesmo expandir os direitos ao aborto. A estrategista política Donna Brazile organizou uma teleconferência com outras líderes que representavam as organizações de mulheres negras mais proeminentes da época. Byllye Avery sugeriu que elas produzissem um panfleto deixando claro, de uma vez por todas, que os direitos ao aborto e a liberdade de controlar nossa

reprodução, ou liberdade reprodutiva, eram questões essenciais para as mulheres negras. Escrito por Marcia Gillespie, da revista *Ms. Magazine*, o panfleto, intitulado *We Remember* [Nós lembramos], relacionava os esforços para controlar a reprodução das mulheres negras, desde a escravidão até as restrições atuais, e dizia às pessoas negras comuns que faziam abortos que essa era a nossa luta e que não deveríamos recuar. O panfleto deu uma definição mais ampla à “liberdade reprodutiva”, que incluía os seguintes direitos: receber informações abrangentes e adequadas à idade sobre sexualidade e saúde reprodutiva; escolher ter ou não ter filhos; ter acesso a cuidados de saúde de boa qualidade e acessíveis para gestações e partos seguros; ter fácil acesso a cuidados de saúde relacionados com contracepção, aborto e infertilidade; e fazer escolhas informadas, seguras e eficazes em matéria de saúde reprodutiva. O panfleto incluía esta declaração:

Sempre houve aqueles que se opuseram ao exercício dos nossos direitos, que tentaram restringir as nossas escolhas. Provavelmente sempre haverá. Mas nós, que fomos oprimidas, não devemos vacilar em nossa oposição à tirania, de qualquer tipo, especialmente às tentativas de tirar a nossa liberdade reprodutiva. Você pode acreditar que o aborto é errado. Respeitamos a sua crença e faremos tudo ao nosso alcance para proteger a sua escolha. Você pode decidir que o aborto não é uma opção que escolheria. A liberdade reprodutiva garante o seu direito de não o fazer.

Tudo o que pedimos é que ninguém negue a outro ser humano o direito de fazer a sua própria escolha. Que ninguém a condene a exercer as suas escolhas de maneiras que ponham em risco a sua saúde, a sua vida. E que ninguém impeça outras pessoas de criar condições seguras, acessíveis e legais para acomodar as mulheres, quaisquer que sejam as escolhas que elas façam. A liberdade reprodutiva nos dá a cada um de nós o direito de fazer as nossas próprias escolhas e garante-nos um sistema de apoio seguro, legal e acessível. É o direito de escolher.

No total, 16 mulheres negras assinaram a declaração, incluindo Avery e Wattleton. A Planned Parenthood e a NARAL patrocinaram a impressão de mais de 250.000 cópias. Na época, havia poucas organizações e líderes de movimentos dispostas a denunciar o racismo e a discriminação que as mulheres negras enfrentavam; a declaração conectou as realidades da vida das mulheres negras de tal forma que seria modelada no ordenamento da justiça reprodutiva.





Mulheres afro-americanas organizando-se por liberdade reprodutiva: “Nós lembramos”, 1989. Cortesia dos Documentos de Bylye Avery, Coleção Sophia Smith, Smith College, Northampton, Massachusetts.

Após a distribuição do panfleto *We Remember* [Nós lembramos], as organizadoras do National Black Women's Health Project começaram a angariar apoio generalizado para o acesso ao aborto nas comunidades negras. Elas patrocinaram uma conferência, *Sisters in Session About Our Reproductive Health* [Irmãs Reunidas Sobre Nossa Saúde Reprodutiva], em 1990, e quatro anos depois lançaram a *Campaign for Abortion and Reproductive Equity* — CARE [Campanha por Aborto e Equidade Reprodutiva], que forjou a base para esforços futuros de ativistas por justiça reprodutiva contra a *Emenda Hyde*.

No entanto, embora a NARAL tenha copatrocinado a impressão do panfleto, apoiando a crítica a uma visão limitada, a organização reforçava o enquadramento da “escolha”, centrado nos direitos e não no acesso. Em 1993, a organização mudou o seu nome de Associação Nacional para a Revogação das Leis do Aborto para Liga



Nacional de Ação pelos Direitos ao Aborto e lançou a campanha *Real Choices* [Escolhas Reais] para “destacar os objetivos da sua missão ampliada: preservar o acesso ao aborto enquanto trabalha para promulgar políticas que tornem o aborto menos necessário”. A NARAL começou a se envolver em esforços para estigmatizar e minimizar o papel do aborto, cujos resquícios ainda experimentamos hoje. Apesar de oferecer apoio público e financeiro ao apelo do panfleto *We Remember* e a organizações lideradas por mulheres de cor, a NARAL assumiu uma posição contrária, optando pelo pragmatismo político que mantinha o status quo em detrimento da libertação do aborto de que as comunidades negras e pardas precisavam para sobreviver. É nesse contexto que as fundadoras da justiça reprodutiva se reuniram em Chicago.

\* \* \*

Na reunião de junho de 1994, ativistas negras ficaram decepcionadas com o plano em construção pelas defensoras dos direitos reprodutivos para enfrentar as falhas do *Health Security Act* [Lei de Segurança da Saúde] do presidente Clinton. Como explica a Dra. Bond num capítulo que escreveu para o livro *Radical Reproductive Justice: Foundation, Theory, Practice, Critique*, o plano, liderado pela primeira-dama Hillary Rodham Clinton antes das eleições de meio de mandato nos Estados Unidos de 1994, iria institucionalizar ainda mais o sistema de saúde de dois níveis que prejudicava tantas comunidades de cor. Em resposta, as fundadoras da justiça reprodutiva decidiram escrever uma declaração com recomendações, com o objetivo específico de incluir o aborto e centrar as necessidades das mulheres negras. Em sua opinião, as defensoras da saúde das mulheres não tinham compreendido a dimensão do impacto que a íntegra da proposta de Clinton teria sobre as mulheres de baixa renda e racialmente marginalizadas. A Dra. Bond escreveu que “embora o aborto fosse um recurso crucial para nós, também precisávamos de cuidados de saúde, educação, empregos, creches e o direito à maternidade”.

A Dra. Bond nos contou que, antes dessa reunião em Chicago, já havia outros esforços para criar uma coalizão nacional de lideranças negras em saúde sexual e reprodutiva. “Não quer dizer que as pessoas não estivessem trabalhando por justiça reprodutiva antes de nos reunirmos em 1994”, disse ela. “Mas também acho que

calhou de ser o momento certo e o grupo certo de pessoas naquele momento específico”. Após publicar a declaração da conferência, as lideranças queriam que essa visão causasse um impacto ainda maior. Elas colocaram um anúncio de página inteira no *Washington Post* e no *Roll Call*, um jornal político, em 16 de agosto de 1994. Intitulado “Mulheres negras sobre a reforma da saúde”, o anúncio declarava ao Congresso que elas “não endossariam [nenhum] sistema de reforma da saúde que não cobrisse toda a gama de serviços reprodutivos para todas as mulheres — incluindo o aborto”. Elas também observaram que a reforma da saúde deveria incluir cobertura universal acessível a todas as pessoas, ser integral por natureza e ter mecanismos explicitamente antidiscriminação.

**As doze mães fundadoras da justiça reprodutiva:**

- \* Toni M. Bond (Chicago Abortion Fund)
- \* Rev. Alma Crawford (Religious Coalition for Reproductive Choice)
- \* Evelyn S. Field (National Council of Negro Women)
- \* Terri James (American Civil Liberties Union of Illinois)
- \* Bisola Marignay (National Black Women’s Health Project, Chicago chapter)
- \* Cassandra McConnell (Planned Parenthood of Greater Cleveland)
- \* Cynthia Newbille (National Black Women’s Health Project)
- \* Loretta J. Ross (Center for Democratic Renewal)
- \* Elizabeth Terry (National Abortion Rights Action League of Pennsylvania)
- \* “Able” Mabel Thomas (Pro-Choice Resource Center, Inc.)
- \* Winnette P. Willis (Chicago Abortion Fund)
- \* Kim Youngblood (National Black Women’s Health Project)

O anúncio foi assinado por 836 mulheres negras, incluindo a autora Alice Walker e a ativista Angela Davis. “A resposta foi incrível”, disse-nos a Dra. Bond. “Quero dizer, todas queriam ter a certeza de que o seu nome estava lá, acho que pelo que o documento dizia e pela forma como o levamos às várias comunidades em que cada

uma de nós trabalhava [...] As pessoas queriam que os seus nomes fossem incluídos porque adotamos uma perspectiva muito ampla sobre o que significava, para as mulheres negras e para as pessoas com capacidade para engravidar, ser reprodutiva e sexualmente saudável. Essa foi a diferença”.

As mulheres ainda não tinham completado o quebra-cabeças sobre estas conexões, mas estavam em vias de fazê-lo. Elas também precisavam de um nome. Enquanto planejavam o anúncio, começaram a pensar em qual nome gostariam de dar a esse novo arcabouço: decidiram-se por “justiça reprodutiva” e autointitularam-se Women of African Descent for Reproductive Justice [Mulheres Afrodescendentes por Justiça Reprodutiva]. O termo “justiça reprodutiva” uniu as noções de “direitos reprodutivos” e de “justiça social” para centrar, com mais precisão do que o conceito de “escolha reprodutiva”, o amplo escopo das necessidades de justiça social das pessoas marginalizadas. “Nosso pensamento seguia nessa direção, ligando autonomia reprodutiva e sexual, autodeterminação e libertação ao direito humano de poder tomar decisões sobre as nossas vidas e os nossos corpos enquanto mulheres negras, dada a nossa história, especialmente neste país”.

No dia seguinte à publicação do anúncio, a Women of African Descent for Reproductive Justice organizou uma conferência de imprensa em Washington, DC, e distribuiu reimpressões do panfleto *We Remember*. A segunda edição do panfleto listava mais 29 assinaturas, inclusive as 12 fundadoras da justiça reprodutiva, bem como duas declarações: uma em apoio à cirurgiã-geral Dra. Joycelyn Elders, a primeira mulher negra a ocupar o cargo, que foi forçada a demitir-se por pressão republicana depois de sugerir num fórum sobre HIV/Aids que os jovens deveriam ser ensinados sobre masturbação nas escolas, com o intuito de reduzir as taxas de transmissão, além de pedir a legalização de algumas drogas e defender a distribuição de contraceptivos nas escolas. A segunda declaração apoiava o Dr. David Satcher como seu substituto. As mulheres afrodescendentes por justiça reprodutiva compreendiam a análise interseccional e as experiências vividas por mulheres negras, e entendiam o caráter fundamental de ambas para a saúde reprodutiva. Elas estavam determinadas a garantir que os legisladores também compreendessem isso.

Alguns meses depois, em setembro de 1994, várias das fundadoras da justiça reprodutiva participaram da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo, Egito. Lá, aprenderam com a comunidade internacional dedicada à saúde das mulheres sobre como usar o enquadramento global dos direitos humanos, descrito nas normas internacionais das Nações Unidas. A partir das semelhanças e conexões identificadas entre suas vidas e as vidas das ativistas ao redor do mundo, as estadunidenses sentiram que este arcabouço era mais abrangente do que os direitos proporcionados pela Constituição dos EUA e o limitado direito à privacidade da decisão de *Roe*. O enquadramento também exigia que as políticas públicas reconhecessem o contexto histórico da reprodução forçada das mulheres negras durante a escravidão, a experimentação médica e a esterilização forçada. O enquadramento insistia para que as políticas públicas e os esforços de cuidado em saúde considerassem a totalidade das vidas das mulheres negras e o contexto em que as suas decisões são tomadas.

A definição de justiça reprodutiva era simples, mas visionária: o direito de ter filhos, de não ter filhos e de criar os filhos que temos em ambientes seguros e saudáveis.

A visão, baseada na teoria feminista negra e no panfleto *We Remember*, reconhecia as necessidades únicas das famílias pretas e pardas que nunca puderam criar os seus filhos livres de coerção e opressão. A visão procurava abordar a realidade política de todas aquelas que não tinham como escolher o desfecho das suas gestações, fosse por causa de salários desvalorizados, por leis como a *Emenda Hyde*, pela falta de serviços de saúde reprodutiva em suas comunidades, por políticas de imigração ou por falta de informação. A visão também contemplava naturalmente pessoas queer e trans, ao incluir aquelas que faziam abortos, uma vez que era direcionada às pessoas mais incapazes de acessar os cuidados sexuais e reprodutivos de que precisavam em nossa sociedade, a despeito de sua orientação sexual ou identidade e expressão de gênero. Quando conversamos com Cazembe Murphy Jackson, um homem trans queer negro do sul dos Estados Unidos, para o nosso podcast *The A Files: A Secret History of Abortion*, ele nos contou que quem mais o apoiou e o manteve engajado no movimento por justiça reprodutiva foram as

mulheres negras do sul do país. Cazembe afirma que seu aborto salvou a sua vida. Quando era estudante universitário no Texas, ele foi estuprado por vários agressores, em razão de sua apresentação de gênero à época, como lésbica caminhoneira. A experiência de tentar fazer um aborto foi ainda mais desafiadora. Ele denunciou a violência à polícia, mas foi tratado com desconfiança e descaso. Então, ele fez um empréstimo para cobrir os custos dos cuidados médicos e teve de enfrentar manifestantes antiaborto vociferando nas duas vezes em que foi à clínica, uma vez que o governo exigia múltiplas consultas para realizar o procedimento.

Hoje em dia, Cazembe compartilha a sua história por acreditar que, se tivesse ouvido outras vozes trans negras na época do seu aborto, isso teria validado a sua experiência, especialmente uma vez que, historicamente, o movimento pró-escolha excluiu pessoas queer e trans do movimento por direitos reprodutivos. E ele não está sozinho: o Instituto Guttmacher estima que pelo menos 1% das pacientes que abortam se identificam como pessoas não binárias ou homens trans. “Todo mundo tem órgãos para se reproduzir, então é claro que todo mundo precisa de justiça reprodutiva”, explicou Cazembe.

Essa inclusão é o que torna a justiça reprodutiva essencial para pessoas de todos os gêneros. “[Ela] nos dá o enquadramento necessário para aplicar uma lente interseccional aos sistemas de opressão capazes de impedir que mulheres negras e pessoas negras com capacidade de engravidar sejam autônomas sobre seus corpos e, em última instância, sobre suas vidas”, como nos disse a Dra. Bond.

Para nós, a justiça reprodutiva é uma visão de mundo; ela exige que examinemos todos os planos, sistemas de cuidados e políticas públicas, bem como a forma como tratamos umas às outras, com uma lente que reconheça a humanidade da pessoa à nossa frente e a apoie na obtenção de todos os direitos, recursos e respeito de que necessita para tomar as suas próprias decisões informadas sobre o seu corpo. A justiça reprodutiva exige que reconheçamos como a história, o lugar, a opressão e o acesso podem limitar as decisões que tomamos e busca maneiras de corrigir isso de forma justa. Lembra como a Dra. Bond só aprendeu sobre o seu ciclo menstrual quando a profissional de saúde lhe explicou? A profissional não constrangeu a Dra. Bond por precisar de outro teste de gravidez após ter feito quatro

abortos; em vez disso, ela fez perguntas à Dra. Bond e lhe ofereceu educação para que ela pudesse tomar suas próprias decisões informadas sobre o seu próprio corpo. Mas a justiça reprodutiva não se restringe ao nível pessoal; ela também busca mitigar e reparar os danos causados por políticas racistas. Tomemos, por exemplo, uma política conhecida como “family cap” [limite familiar], na qual os estados limitam a ajuda financeira e os benefícios sociais oferecidos às beneficiárias caso elas engravidem enquanto recebem o auxílio. Se uma pessoa engravidar, pode se sentir forçada a interromper uma gravidez desejada simplesmente porque é pobre e não receberia apoio adicional do governo para criar essa criança. Mas seus problemas também podem virar uma bola de neve: ela pode não ter condições financeiras para pagar o aborto e, portanto, ter de continuar a gravidez com menos ajuda financeira para criar todos os seus filhos, ou pode ser coagida a renunciar aos seus direitos parentais por meio da adoção, porque não tem condições financeiras para criar outra criança. Com menos apoio financeiro e, muito possivelmente, um emprego mal remunerado, ela pode ter dificuldades para pagar creche, alimentação e uma moradia estável, o que pode levá-la a entrar em conflito com o sistema de policiamento familiar<sup>5</sup> que criminaliza pais e mães por criarem os seus filhos na pobreza. As famílias são punidas não porque prejudicaram os seus filhos, mas porque tiveram dificuldades em arcar com as necessidades básicas para criar os filhos. Essas questões complicam-se ainda mais a depender de variáveis como raça e território, e para pessoas com deficiência, queer, trans, imigrantes, jovens e pessoas encarceradas ou egressas do sistema prisional. Enquanto isso, os recursos que o nosso país gasta policiando as famílias e monitorando os escassos benefícios sociais que elas recebem superam enormemente o dinheiro que custaria para apoiar financeiramente as famílias de baixa renda a alimentar e criar os seus filhos.

No âmbito político, o problema é ainda mais complexo, uma vez que os mesmos políticos que bradam sobre a importância do direito ao aborto e à contracepção,

---

<sup>5</sup> [N.T.] O termo “sistema de policiamento familiar” (em inglês, family policing system) refere-se ao sistema de bem-estar infantil [*child welfare system*] nos Estados Unidos, que tem sido criticado por ativistas e intelectuais como a socióloga Dorothy E. Roberts, por operar mais como um sistema de vigilância e punição, do que de apoio às famílias.



cortam o financiamento ao Medicaid e a benefícios sociais, investem na militarização e no policiamento de nossas fronteiras e nossas comunidades, e bombardeiam pessoas que também merecem a libertação da justiça reprodutiva ao redor do mundo. A realidade é que o arcabouço dos direitos reprodutivos e os slogans pró-escolha não dão conta da complicada jornada reprodutiva a que as pessoas são submetidas pelo simples fato de não terem dinheiro suficiente para sustentar as suas famílias.

A Dra. Bond adverte, no entanto, sobre a “errada percepção predominante” de que as mulheres negras estavam tentando substituir o arcabouço pró-escolha e dos direitos reprodutivos. “Em vez disso”, escreve ela em *Radical Reproductive Justice*, “o nosso foco era colocar as mulheres negras no centro do debate, movendo as nossas vozes das margens para o centro do discurso”. Ela cita a intencionalidade do enquadramento construído a partir das suas próprias experiências pessoais, no caminho rumo à autodeterminação e à libertação. A justiça reprodutiva não foi concebida como uma substituição, escreve a Dra. Bond. “Essa suposição promove o mito de que as mulheres de cor são incapazes de formular análises teóricas para efetivamente romper com os vínculos históricos sobre a nossa carne encarnada”. A justiça reprodutiva era uma visão que destacava as formas como múltiplas opressões ameaçavam a autonomia corporal e a libertação das mulheres negras. A justiça reprodutiva foi criada como um conceito para nos guiar à medida que desmantelamos a opressão sexual e reprodutiva em nossas comunidades.

Por mais visionário que seja o arcabouço da justiça reprodutiva, ele não foi imediatamente aceito. Quando a Dra. Bond cofundou a organização Black Women for Reproductive Justice [Mulheres Negras por Justiça Reprodutiva] em 1996 com Winnette P. Willis, ela se deparou com doadores filantrópicos querendo que elas se concentrassem na mudança de políticas públicas, em vez de uma ampla educação comunitária. Mas a Dra. Bond rejeitou esses apelos; ela deixou explícito que seu objetivo — enquanto cocriadora da organização e do arcabouço da justiça reprodutiva — era “para que as mulheres pudessem se libertar através deste processo de autorrealização e ganhar o controle e a autonomia sobre os seus corpos”.

Em sua essência, o trabalho da justiça reprodutiva é muito maior do que qualquer política ou programa federal. A libertação não pode vir de um bilionário filantropo ou

de uma política, nem pode ser alcançada por um único candidato, organização ou partido político. Trata-se do reconhecimento de todo um sistema de mudança em nossas famílias, comunidades e no mundo. As fundadoras da justiça reprodutiva trilharam este caminho para que as futuras defensoras, ativistas e aliadas da justiça reprodutiva o seguissem. À medida que redesenhamos as nossas comunidades para que se pareçam com o mundo que queremos e merecemos, temos de nos esforçar para ver como a justiça reprodutiva pode ser aplicada em nossas vidas e para nos organizar sem as amarras da supremacia branca, do capitalismo e do racismo. Ela não pode ser limitada pelos caprichos desprovidos de imaginação de partidos políticos ou filantropos. Ainda assim, para espalhar a palavra da justiça reprodutiva, as fundadoras desse arcabouço precisaram criar organizações sem fins lucrativos para continuar o trabalho e apoiar nossas comunidades, quer os financiadores compartilhassem desta visão ou não.

### **Organizando o movimento**

Uma das primeiras memórias de Luz Marina Rodriguez sobre saúde reprodutiva foi aprender sobre o seu útero a partir de um modelo de plástico, sobre como inserir um diafragma, como funcionavam os DIUs e outras opções de contracepção. Quando tinha dezesseis anos, ela até transformou os aprendizados num pequeno vídeo sobre uma jovem que precisava fazer um aborto, como parte do seu trabalho num programa para jovens de uma ONG local. Luz nasceu e foi criada no Lower East Side, em Nova Iorque, para onde os seus pais migraram de Porto Rico. A mudança deles na década de 1950 foi resultado da Operação Bootstrap, um esforço coordenado pelos governos dos Estados Unidos e de Porto Rico para lidar com a escassez de mão de obra barata. Luz cresceu num bairro eclético de “hippies porto-riquenhos”, como ela diz, e foi exposta à gestão compartilhada e ao ativismo social desde muito nova. “Eu não tinha ideia de que o resto do mundo [não praticava o ativismo social] até sair do bairro”, nos disse Luz numa entrevista. Ao longo de sua formação, ela passou os anos frequentando, de bicicleta, diferentes programas para jovens líderes com foco em mobilização comunitária.

Quando já era uma veterana na New York University, Luz pesquisou a esterilização de mulheres na ilha de Porto Rico. Luz leu sobre a parceria entre médicos e empresas farmacêuticas americanas que viam a ilha como “um laboratório perfeito” para a pesquisa e o desenvolvimento da pílula anticoncepcional, antes que ela fosse considerada segura o suficiente para ser comercializada entre mulheres americanas. Ela aprendeu sobre suas ideias racistas sobre fecundidade e os níveis educacionais das porto-riquenhas, sobre superpopulação e sobre o desejo de controlar quem poderia ou não procriar. A campanha de esterilização foi apoiada pelo governador de Porto Rico, para quem a superpopulação seria a raiz da pobreza e uma ameaça ao sucesso da Operação Bootstrap junto a empresas americanas. “Como jovem porto-riquenha, fiquei indignada e me politizei não apenas acerca dos direitos reprodutivos para ter o direito de escolher um aborto, mas também pelo direito de ter um filho”, nos disse Luz. “Essa era a minha plataforma antes de o termo ‘justiça reprodutiva’ ser cunhado”. Pouco tempo depois, ela assumiu o cargo de diretora executiva da Latina Roundtable on Health and Reproductive Rights [Mesa Redonda Latina sobre Saúde e Direitos Reprodutivos], com sede em Nova Iorque. Fundada em 1989, a Latina Roundtable era a única organização de direitos reprodutivos que defendia as necessidades de saúde das mulheres latinas em Nova Iorque, em meio a uma escalada de ataques aos cuidados em saúde reprodutiva nas décadas de 1980 e 1990.

Mesmo ao encontrar um propósito no trabalho por direitos reprodutivos, Luz não se via como parte de um movimento. “Era simplesmente o que eu fazia, a luta diária era o que estava sempre presente na minha mente”, disse Luz numa entrevista de 2006 ao Projeto de História Oral Vozes do Feminismo do Smith College. “E a gente não percebe que faz parte de um movimento até olhar para trás e ver que houve algum movimento”, disse ela, rindo. Ela disse que foi parar na Latina Roundtable não por ser ativista dos direitos reprodutivos, mas porque era ativista da justiça social. Ela trabalhava com bancos de alimentos, programas juvenis, e abrigos para mulheres. “Para mim, tudo era parte da mesma família”, disse Luz. “Ou a gente estava lidando com as crianças daquela família, ou com as mães daquela família [...] isso me levou direto à justiça reprodutiva”.

Num dia fortuito na Latina Roundtable, Luz recebeu uma chamada de Reena Marcelo, oficial de programas da Fundação Ford, que tinha ouvido Luz falar sobre o grave estado de saúde das mulheres durante uma reunião de financiadores. Marcelo, que já faleceu, era das Filipinas e “tinha a sua própria história sobre opressão reprodutiva [lá]”. Ela tinha interesse em financiar organizações de base comunitária de mulheres de cor, tipicamente ignoradas pela Fundação Ford, que pudessem se concentrar em infecções do trato reprodutivo e soluções culturalmente relevantes. Luz teve a ideia de financiar um total de dezesseis grupos — quatro de cada uma das quatro comunidades de cor consideradas sob o guarda-chuva “mulheres de cor”: mulheres afro-americanas, asiático-americanas, latinas e indígenas — garantindo uma doação de 4 milhões de dólares por três anos da Fundação Ford, o qual levou à criação da SisterSong.

Durante a preparação para o lançamento, Luz organizou uma série de reuniões abertas para mulheres de cor na área da saúde reprodutiva, em parceria com algumas lideranças importantes para ajudar a divulgar a iniciativa. Muitas lideranças de cor do movimento por saúde reprodutiva desconfiavam do esforço e das reuniões, e algumas até se recusaram a participar. Outras, que participaram, explicaram que esse tipo de iniciativa liderada por fundações já havia sido tentado antes: os financiadores usariam as informações obtidas para elaborar uma solicitação de propostas à qual organizações sem fins lucrativos poderiam se candidatar, mas o financiamento não iria necessariamente para os grupos que participaram da reunião. Na tentativa de amenizar as preocupações das mulheres de cor ali presentes, Luz e Marcelo abriram a primeira reunião contando uma história sobre a liderança compartilhada de gansos que voam para o sul dos Estados Unidos durante o inverno. “Ao voar em forma de V, todo o bando aumenta em pelo menos 71% o alcance de voo do que se cada ave voasse sozinha”, explicou Luz, criando uma comparação entre o bando e o que seria o coletivo de organizações da justiça reprodutiva. “Pessoas que compartilham uma direção comum e um senso de comunidade podem chegar ao seu destino mais rápida e facilmente porque estão viajando com o impulso umas das outras”. Os gansos, disse ela ao grupo, também cuidam uns dos outros se um ficar doente ou ferido. Dois gansos saíam do bando com o ganso ferido e ficariam com ele até que pudesse voar ou

morresse, e então partiriam em sua própria formação. “Se tivermos o senso de um ganho, também ficaremos assim, juntas umas das outras”.

Luz falou sobre o que a levou à justiça reprodutiva: a experimentação em e a esterilização de mulheres porto-riquenhas. Na sala, cada um dos grupos étnico-raciais disse que o Estado havia feito o mesmo com as suas comunidades. “Foi um momento poderoso e decisivo”, nos disse Luz. A atividade destacou a longa história de opressão reprodutiva que afetava todos os grupos de mulheres de cor. Mas, até aquela reunião, essas conexões em comum eram raramente abordadas ou mesmo reconhecidas. “Houve um silêncio profundo e um peso que tomou conta da sala. Era como se fosse uma coisa boa que aquilo nos conectasse, mas era algo tão, tão, triste, horrível”, disse Luz. No final, os grupos que participavam regularmente e compareciam a essas reuniões foram convidados a se candidatar para fazer parte da SisterSong. Os grupos iniciais receberam financiamento da Fundação Ford para capacitação, a fim de dar início aos seus programas de saúde sexual e reprodutiva. A subvenção de 4 milhões de dólares foi uma bênção para as organizações, mas foi dividida entre os dezesseis grupos ao longo de três anos. Quando o financiamento inicial se esgotou, todos esperavam que viria mais, porém, sob uma nova oficial de programas, a Fundação Ford procurou um novo grupo de dezesseis organizações para receber financiamento usando o nome SisterSong. Nenhuma das organizações originais receberia financiamento adicional. “Então Loretta Ross invadiu a Fundação Ford e disse: ‘Se não vamos receber dinheiro, tudo bem, mas vocês não vão levar o nosso nome’”, lembrou Luz. A Fundação Ford mudou a sua posição e Ross, que se tornaria a primeira líder da SisterSong, reuniu as organizações originais e o novo grupo para planejar a sua primeira conferência nacional.

“Naquela conferência, a SisterSong nasceu”, disse Luz. Em 2003, cerca de 600 mulheres de cor se reuniram em Atlanta para aprender sobre o arcabouço da justiça reprodutiva e como gerar impacto local ou nacionalmente, ou em ambos os níveis. “As questões exploradas na conferência vieram da frustração das mulheres de cor com as limitações do movimento pró-escolha baseado no paradigma da privacidade, incapaz de incorporar as experiências das mulheres de cor em sua totalidade, e com o fracasso do movimento pró-escolha em compreender o impacto

do pensamento supremacista branco na vida das comunidades de cor”, explica a Dra. Bond em *Radical Reproductive Justice*. Para os grupos e líderes envolvidos na definição e na construção do movimento, imaginar como seria uma sociedade com justiça reprodutiva tornou-se tão crucial, se não mais, quanto reagir aos ataques aos cuidados em saúde sexual e reprodutiva.

Após a conferência inaugural da SisterSong, várias organizações integrantes do coletivo se repaginaram para incorporar o paradigma da justiça reprodutiva, inclusive adicionando o termo aos seus próprios nomes: Comunidades Asiáticas por Justiça Reprodutiva (anteriormente Pessoas das Ilhas da Ásia-Pacífico por Saúde Reprodutiva), Mulheres Negras por Justiça Reprodutiva (anteriormente Mulheres Afro-Americanas em Evolução) e SisterSong, que mudou o seu nome em 2010 para Coletivo SisterSong Mulheres de Cor por Justiça Reprodutiva, nomeado pela membro fundadora do conselho Juanita Williams.

A justiça reprodutiva estava ganhando forças, mas o financiamento para realizar o trabalho não. As fundações ainda ofereciam somas generosas de dinheiro a organizações de direitos reprodutivos lideradas por pessoas brancas, com foco em mais poder político, mas, enquanto isso, faziam investimentos menores e de curto prazo em organizações de justiça reprodutiva. Quando algumas fundações passaram a criar oportunidades de financiamento para a justiça reprodutiva, a gentrificação da justiça reprodutiva cresceu. Algumas organizações lideradas por pessoas brancas alegaram mudar o foco do seu trabalho para mulheres de cor, sem contratar nenhuma mulher de cor para trabalhar nas suas organizações, muito menos em cargos de liderança. Grandes organizações nacionais com mais poder financeiro e político ofuscaram os pequenos grupos de base que realizavam o trabalho nas suas comunidades locais, e alguns assumiram o crédito por esse trabalho, à medida que a visão da justiça reprodutiva atraía mais públicos. Depois que a Planned Parenthood foi amplamente aplaudida em um perfil elogioso do *New York Times* em 2014 sobre sua nova estratégia visionária de ir além do enquadramento organizacional pró-escolha rumo a uma abordagem mais holística, que considerava todos os fatores na vida de uma pessoa, sem reconhecer ou citar o paradigma da justiça reprodutiva, que acabava de completar vinte anos, lideranças da justiça reprodutiva interpelaram



publicamente a organização. O apagamento reabriu velhas feridas e foi agravado por um longo abismo entre o montante de doações e subsídios concedidos a grupos nacionais liderados por pessoas brancas e a organizações de justiça reprodutiva lideradas por pessoas de cor, que continuam a lutar para construir a estabilidade financeira e a sustentabilidade que seus colegas adquiriram ao longo dos anos. “As organizações lideradas por pessoas negras que trabalham por justiça reprodutiva nunca foram suficientemente financiadas. E a ironia por trás disso é que este movimento foi criado por mulheres negras. Então, por que é que a população que criou o movimento é a que recebe menos financiamento?”, perguntou a Dra. Bond retoricamente. “Acho que está tão profundamente enraizado na cultura que não se pode confiar nas mulheres negras. Não se pode confiar em nós para controlar os nossos corpos, a nossa fertilidade, então, é claro, não se pode confiar em nós para gerir os fundos que vêm [de organizações filantrópicas] para criar mudanças”.

\* \* \*

Construir um mundo de justiça reprodutiva dentro das estruturas das organizações sem fins lucrativos é algo precário. As organizações da sociedade civil são financiadas, em grande parte, por empresas e famílias ricas que colocam o seu dinheiro nas suas próprias fundações para evitar o pagamento de impostos. Esses são os mesmos impostos necessários para financiar programas de saúde, como o *Title X*<sup>6</sup>, bibliotecas e hospitais, estradas e pontes, Medicaid e outros projetos e serviços públicos. No entanto, os filantropos são obrigados por lei a destinar apenas 5% de suas doações a organizações de caridade e podem continuar a arrecadar doações para suas próprias fundações. Isso significa que aqueles que doaram para as fundações não apenas ficam com mais lucros obtidos com mão de obra explorada, trabalhadores sem benefícios e produtos baratos, como também não reinvestem esse dinheiro em nossas comunidades para corrigir os danos causados pelas empresas que sobrecarregam seus funcionários. Há pouco dinheiro para centros de saúde comunitários onde as pessoas possam aprender sobre seus corpos ou receber os

---

<sup>6</sup> [N.T.] Título X (em inglês *Title X*) é um programa federal de planejamento familiar dos Estados Unidos, criado em 1970 para fornecer serviços de saúde preventiva e planejamento familiar gratuitos ou de baixo custo a famílias de baixa renda e pessoas sem seguro saúde.

contraceptivos de que precisam, uma vez que o plano de saúde financiado por seus empregadores não cobre isso ou simplesmente porque eles não têm condições financeiras para arcar com os custos. Todas as organizações sem fins lucrativos por justiça social são inerentemente financiadas pelos mesmos sistemas que tentam dismantelar. Enquanto algumas tentam mudar a injustiça sistêmica no mundo, outras limitam sua abordagem porque se beneficiam do poder político e da influência do status quo — e do financiamento que recebem diante disso. É por essa mesma razão que é tão difícil promover mudanças políticas sistêmicas: os políticos são financiados pelos mesmos indivíduos e empresas de elite; sendo, portanto, incentivados a se concentrar nos seus interesses, e não nos interesses das pessoas marginalizadas. E tudo isso, como apontou o Dr. Bond, está impregnado de racismo. É um círculo vicioso.

As organizações de justiça reprodutiva estão tentando construir um mundo diferente com uma migalha dos recursos oferecidos às maiores e mais conservadoras organizações de direitos reprodutivos. A visão da justiça reprodutiva exige uma mudança radical no nosso sistema político. A justiça reprodutiva, como arcabouço, é inerentemente anticapitalista, porque exige olhar para a forma como a coerção econômica alimenta o racismo e a opressão reprodutiva. O enquadramento nos convida a imaginar um mundo em que todos tenham recursos para decidir se, quando e como aumentar as suas famílias, mas isso só é possível se todos forem remunerados de forma justa pelo seu trabalho, se as famílias tiverem tudo o que precisam para prosperar e se os nossos corpos não forem mercantilizados com base no que — e em quem — podemos produzir. Para que a justiça reprodutiva seja real, o capitalismo deve deixar de existir. Mas, da forma como as coisas estão, para que as organizações sem fins lucrativos que trabalham em prol da justiça reprodutiva existam, o capitalismo deve prosperar.

Existem maneiras pelas quais um mundo de justiça reprodutiva é possível. O nosso sistema já tem o dinheiro de que precisa, mas ele é investido nos lugares errados e adota a abordagem errada. Por exemplo, muitos estados disponibilizam os seus fundos fiscais para centros de crise para gestantes (do inglês, *crisis pregnancy centers*) — clínicas falsas que mentem para pessoas grávidas. Imagine se esse

dinheiro fosse dado a clínicas e organizações que adotam cuidados baseados em evidências e culturalmente competentes para apoiar as pessoas e suas vidas sexuais e reprodutivas. Ou considere os financiamentos oferecidos às forças policiais estaduais e locais, às forças armadas e aos agentes da polícia escolar e de imigração. Imagine se esses fundos fossem destinados ao fornecimento de preservativos, contraceptivos, tratamentos de fertilização *in vitro* e terapias de reposição hormonal para pessoas que não têm condições financeiras de adquiri-los. Em vez de prender famílias por cruzarem uma fronteira ou prender pais que “roubam” comida para os seus filhos, os salários desses agentes poderiam financiar programas ou ajuda financeira para apoiar essas famílias.

Para construir um mundo com justiça reprodutiva, temos de pensar na libertação e na abolição. A abolição funciona em conjunto com a justiça reprodutiva; ao cortarmos o financiamento a programas, agências e pessoas que servem apenas para retirar e criminalizar as nossas liberdades, podemos investir adequadamente em liberdade sexual e reprodutiva e em todas as famílias.

Mas a libertação não pode ser alcançada se depender de orçamentos capitalistas e partidos políticos que buscam conservar-se no poder. A justiça reprodutiva exige que desafie qualquer sistema ou partido político que afirme apoiar os cuidados de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o aborto, mas que negocia com a humanidade das comunidades de cor para aumentar a criminalização e reter o poder. As organizações de justiça reprodutiva são uma parte essencial para alcançar a libertação, mas todos nós devemos assumir a visão da libertação e levá-la a cabo. Aquelas de nós que mais têm a perder precisam estar mais próximas e no centro das decisões. Caso contrário, só recriaremos uma nova versão do problema.

Acreditamos que há muito a aprender com as lideranças da justiça reprodutiva que têm construído pontes com as nossas comunidades e a aumentado o número de pessoas que veem a justiça reprodutiva como sua causa e vocação. Muitas das suas histórias começam com a tentativa de corrigir as experiências negativas que tiveram ou de replicar os cuidados atenciosos que receberam.

### **Transformando a justiça reprodutiva em realidade**

Quando Cherisse Scott ficou grávida em 2002, a cantora, compositora e atriz foi a uma clínica próxima em Chicago com a intenção de fazer um aborto. Depois que os funcionários da primeira clínica não conseguiram convencê-la a desistir do aborto que ela havia marcado, eles a encaminharam para outra clínica, em um dia diferente, e garantiram que a segunda consulta seria para um aborto. Os funcionários da segunda clínica fizeram uma ecografia e lhe disseram que, se ela fizesse o aborto, não poderia mais ter filhos, e ela acreditou neles. “Eles mudaram a minha opinião sobre o aborto porque eu queria ser mãe algum dia. Eles se aproveitaram da minha ignorância sobre o aborto, e a mentira deles mudou a trajetória da minha vida”, disse Cherisse. Em vez de receber informações baseadas em evidências, para ter capacidade de pensar em todas as suas opções, Cherisse foi manipulada e enganada pelo centro de crise para gestantes. Numa entrevista de 2022 ao *The Tennessean*, Cherisse falou sobre a experiência: “Acho que estou ainda mais chateada agora do que estava naquela época, porque agora reconheço a natureza dissimulada do motivo pelo qual os direitos ao aborto estão em risco”.

Vários anos depois, numa festa, Cherisse conheceu a Dra. Toni Bond, que lhe falou sobre o trabalho de sua organização para educar a comunidade sobre saúde reprodutiva. A Dra. Bond deu o seu cartão a Cherisse. E, quando Cherisse engravidou novamente, ligou para o número do cartão. A Dra. Bond encaminhou Cherisse para uma clínica local de saúde da mulher para que ela acessasse a contracepção de emergência, mas, quando isso não funcionou – porque ela estava fora do intervalo de eficácia –, a encaminhou para uma clínica de aborto. Mais tarde, a Dra. Bond convidou Cherisse para ser voluntária na sua organização e, em seguida, para fazer parte do conselho. E quando surgiu uma oportunidade de emprego, ela ofereceu a Cherisse um cargo na organização. “Enquanto trabalhava na African American Women Evolving, que mais tarde foi renomeada para Black Women for Reproductive Justice [BWRJ], ela me ensinou a monitorar a minha fertilidade e a compreender quando estava ovulando. Depois, ela me designou para ensinar outras mulheres da comunidade”, explicou Cherisse. A Dra. Bond mostrou a Cherisse que a justiça reprodutiva era sobre empoderar as pessoas para que elas alcançassem a

autodeterminação e assumissem o controle de suas vidas como mulheres negras. “Ela investiu em mim para que eu pudesse ser empoderada e, então, empoderar outras pessoas”.

Uma das competências que Cherisse também trouxe para o seu cargo na BWRJ foi o fato de ser ministra evangélica ordenada há onze anos, com relações profundas na igreja negra [Black Christian Church]. A Dra. Bond designou Cherisse para organizar comunidades religiosas negras e atuar num conselho do clero, para ajudar a definir como seria sua estratégia de advocacy. A mudança foi uma adição necessária à estratégia de organização coletiva da campanha Trust Black Women [Confie nas Mulheres Negras], uma parceria de organizações e ativistas negras por justiça reprodutiva impulsionada pela SisterSong em 2010. A parceria buscava enfrentar uma campanha nacional racista e antiaborto em outdoors que atacavam as mulheres negras por fazerem abortos. A Dra. Bond tinha a esperança de que, sob a liderança de Cherisse na igreja negra, fosse possível construir pontes com aqueles que queriam alavancar a sua fé para promover a libertação e a justiça reprodutiva.

Cherisse começou a organizar cristãos, judeus, muçulmanos e integrantes da Nação do Islã<sup>7</sup> em Chicago, onde outdoors exibiam uma foto do ex-presidente Barack Obama e afirmavam que “a cada 21 minutos, o nosso próximo líder em potencial é abortado”. Cherisse explicou que o objetivo da campanha era estigmatizar as mulheres negras, ao mesmo tempo que criava uma divisão entre mulheres e homens negros. “Havia vários outdoors espalhados por todo o país com mensagens difamatórias sobre as mulheres negras — a nossa sexualidade, a nossa promiscuidade, a nossa irresponsabilidade — mas nunca sobre o nosso amor pelos nossos filhos. Não havia nada que fosse afirmativo, amoroso, solidário ou empoderador”. Além disso, disse Cherisse, as mensagens dos outdoors ignoravam um fator importante: a razão pela qual as mulheres negras optam pelo aborto. “Eles intencionalmente deixaram de fora os problemas que explicam por que as mulheres negras abortam, inclusive em decorrência de agressão sexual ou abuso quando meninas. Eles não falaram sobre o impacto econômico dos salários baixos ou

---

<sup>7</sup> [N.T.] Organização e movimento afro-americano fundado em 1930.

inexistentes, do acesso precário à educação, do policiamento social racista por parte do governo, da violência por parceiros íntimos ou, no meu caso, da decepção amorosa e a realidade de trazer ao mundo uma criança que teria apenas um dos pais disposto a amá-la”, disse. Cherisse queria ver o amor e a afirmação pelas mulheres negras refletidos no mundo, particularmente por parte dos líderes religiosos do movimento por justiça reprodutiva.

Em 2011, Cherisse voltou para sua casa no Tennessee, onde seu ministério começou, depois que sua mãe doente pediu sua ajuda. Cherisse rapidamente percebeu que não havia organizações por justiça reprodutiva no Tennessee e, com o incentivo da mãe e da avó, fundou a primeira organização sem fins lucrativos desse tipo no estado. E, nos últimos doze anos, a *SisterReach* – uma organização de justiça reprodutiva e sexual que se concentra em educação, políticas e defesa, mudança cultural e redução de danos para mulheres negras, jovens e outras pessoas marginalizadas no Tennessee — foi pioneira e mudou o movimento de advocacy reprodutivo na região e arredores. Sob a liderança de Cherisse, e a partir de uma análise de justiça reprodutiva, a SisterReach contestou a Fetal Assault Law [Lei de Agressão Fetal] do Tennessee, que processava mulheres grávidas pelo uso de drogas durante a gravidez e retirava seus direitos parentais. A lei de 2014, que expirou em 2016, foi a primeira do tipo no país, e a SisterReach usou uma abordagem de comunicação baseada na justiça reprodutiva para combatê-la. “A lei estava encarcerando mães por uma condição de saúde, em vez de ampliar o acesso à saúde médica e psicológica para ajudar essas mães a lidarem com o uso abusivo de substâncias, manter a custódia dos seus filhos e fortalecer suas famílias”, explicou Cherisse. “O acesso integral aos cuidados em saúde, centrado e liderado pelas pacientes, é o que as pessoas grávidas com transtorno por uso de substâncias precisavam para ficar bem — não algemas e vergonha. A prisão em decorrência do desfecho da gravidez é antitética à justiça reprodutiva; o arcabouço exige que todos nós reconheçamos a humanidade das pessoas grávidas, que observemos o que elas estão experienciando e ofereçamos apoio, em vez de prendê-las por uma condição de saúde que muitas vezes é incontável sem cuidados médicos assistidos e compaixão”.



Como Cherisse explicou, em 2015, grupos antiaborto ergueram outdoors em Memphis, visando pais negros para colocá-los contra mulheres negras que fazem abortos. “A princesa do papai #♥batendo aos 18 dias”, dizia o outdoor ao lado do rosto sorridente de um bebê negro. “Eles são inflamatórios e racistas”, disse Cherisse a Renee numa entrevista para a revista EBONY em 2015. “Esses outdoors foram colocados para nos invisibilizar e ignorar as razões pelas quais temos de fazer abortos”. Cherisse aplicou a mesma estratégia usada durante a campanha Trust Black Women, e a SisterReach montou a sua própria campanha de outdoors para reformular a linguagem antiaborto humilhante e fragmentadora. A campanha de outdoors da SisterReach apresentava uma série de mensagens abordando o que as mulheres negras, crianças negras, adolescentes negros e famílias negras em Memphis realmente precisavam: apoio e uma oportunidade de prosperar. “Não mereço ser constrangida pelas minhas decisões de saúde reprodutiva, mesmo quando se trata de um aborto. Confiem em mim para tomar as melhores decisões para mim, minha família e minha comunidade”, dizia um dos outdoors, terminando com a declaração “Confiem nas mulheres negras”. “Não precisamos que pessoas de fora nos digam como viver nossas vidas”, disse ela a Renee em 2015.

Cherisse encarna a justiça reprodutiva como sua vocação ministerial. A organização SisterReach combina modelos de redução de danos, educação de legisladores e eleitores, educação sexual integral para jovens e adultos, organização interreligiosa e formação para emancipar pessoas que podem não só precisar optar por um aborto, mas também transformar suas vidas. Cherisse afirmou que “acredita na articulação em sintonia com líderes religiosos para desfazer os danos que as comunidades religiosas perpetuaram, para ajudar a curar as vidas das pessoas prejudicadas e para corrigir a desconexão que os movimentos por justiça reprodutiva, saúde e direitos têm com as comunidades religiosas, a fim de unificar a nossa agenda coletiva — para que as pessoas vivam vidas abundantes em todos os aspetos das suas experiências humanas”. Como Cherisse explicou, “estou no centro do Cinturão Bíblico aqui no Tennessee. Não tinha como fazermos o nosso trabalho sem incluir as nossas igrejas cristãs negras e outras comunidades religiosas, porque a maioria das pessoas que servimos se identificam como mulheres e homens negros, membros da

comunidade queer e jovens da fé cristã. Este é o evangelismo justo que estamos a liderar neste movimento, e é o tipo de organização que eu sinceramente acredito que nos ajudará a alcançar a libertação do nosso povo”.

Da mesma forma, a narradora do *We Testify*, Shivana Jorawar, ouviu mensagens religiosas antiaborto que afetaram a forma como se sentia em relação a si mesma quando precisou de dois abortos. Shivana, que é indo-caribenha e filha de imigrantes da Guiana, cresceu no Bronx, em Nova Iorque. Embora tenha sido criada praticando o hinduísmo, fazia parte do clube católico porque o clube fazia voluntariado em abrigos para sem-teto e distribuía pizza todas as sextas-feiras. Os líderes do clube lhe disseram que aborto era algo que más garotas faziam. A sua educação católica restringiu sua educação sexual, mas a sua professora assumiu a responsabilidade de ensinar as suas alunas sobre DST<sup>8</sup> e como usar um preservativo externo. “Ela era uma jovem negra e era uma escola só para meninas, composta principalmente por alunas negras do Bronx, Brooklyn e Spanish Harlem”, contou-nos Shivana numa entrevista. “Sempre achei que ela fazia isso porque sabia que as suas alunas estavam tendo relações sexuais e queria protegê-las”.

Quando Shivana engravidou pela primeira vez aos quinze anos de um homem de vinte e quatro, ela não percebeu que o sexo era, na verdade, agressão sexual e que o relacionamento era abusivo. “Me lembro de sentir que, se não continuasse naquele relacionamento com ele, queria dizer que eu era uma vagabunda, que eu era suja”. Graças ao clube Right to Life [Direito à Vida] do seu ensino médio, Shivana sabia que poderia fazer um aborto na Planned Parenthood. Ela contou ao namorado, mas não recebeu apoio emocional. “Eu me lembro de me sentir muito assustada e sozinha. É um ambiente médico estéril, com estranhos que são adultos... Conversar com adultos não era algo confortável para mim, ainda mais adultos brancos”. Shivana nunca tinha ido ao médico sem a mãe, e viajar sozinha do Bronx até ao centro de Nova Iorque foi uma grande provação.

---

<sup>8</sup> [N.T.] Sigla para “Doenças Sexualmente Transmissíveis”, atualmente nomeadas “Infecções Sexualmente Transmissíveis” (ISTs).

Shivana disse que o aborto não foi uma decisão difícil para ela e que nunca duvidou da sua decisão, mas tinha medo de que, se os seus pais descobrissem, ela fosse expulsa da família ou mandada de volta para o seu país natal, uma ameaça comum nas comunidades de imigrantes. Ela também tinha medo de que a sua comunidade descobrisse. Como explicou num episódio de 2020 do podcast *Unholier Than Thou*, ela estava profundamente envolvida em danças clássicas e folclóricas indianas e aulas de hindi, e a comunidade era pequena. Mas, assim que Shivana deixou a vida no templo e encontrou a justiça reprodutiva, ela conseguiu recuperar a sua espiritualidade e religião de uma forma que sentia alinhada a ela e seus valores. Ela leu histórias de deusas hindus ferozes que rejeitaram o patriarcado e percebeu que não tinham lhe ensinado essas histórias; em vez disso, lhe contaram histórias que ensinavam às mulheres sobre “moralidade” e submissão. Como explicou no podcast, estas histórias são um produto de quem conta as histórias e escreve as escrituras. Precisa ter uma nova história sobre sexo, sexualidade, gravidez e como é apoiar todas essas experiências em todas as nossas comunidades.

Além disso, a investigadora em epidemiologia e narradora do *We Testify*, Sheila Desai, aponta que o mito da minoria modelo asiática espalha a mentira de que as comunidades asiáticas não enfrentam problemas de saúde, como a necessidade de abortos, e de que aquelas que precisam de abortos são más. A condenação pode ser mais severa quando combinada com estereótipos racistas e classistas. Sheila sentiu isso quando fez o seu próprio aborto e teve medo de ser vista como irresponsável, seguindo o estereótipo de “olha só, mais uma menina negra que não sabe se controlar”, nos disse ela.

Embora o aborto não seja amplamente discutido nas comunidades asiáticas e do sul da Ásia, ele é comum. Um estudo de 2021, co-autoria de Sheila, descobriu que as mulheres indianas tinham as taxas mais altas de aborto entre a população asiática na cidade de Nova Iorque. Outras pesquisas descobriram que as atitudes em relação ao aborto entre os sul-asiáticos, incluindo muçulmanos, hindus e sikhs, são esmagadoramente favoráveis. Infelizmente para Sheila, ela não sentiu necessariamente esse apoio quando fez o aborto. Mas, com a sua pesquisa, podemos compreender melhor como as comunidades asiáticas – e todas nós – vivenciamos o

aborto, para que possamos mudar a conversa em direção à libertação. Nossa esperança é de que a justiça reprodutiva seja a chave para essa conversa.

Hoje, Shivana reescreve a história como cofundadora da *Jahajee Sisters*, uma organização que apoia os nova-iorquinos indo-caribenhos a acabar com a violência íntima e sexual e a se organizar em torno da justiça reprodutiva e da libertação do aborto. Shivana entende que compartilhar sua história de aborto não apenas é fundamental para humanizar as pessoas que abortam, mas essencial para reduzir a criminalização dos asiáticos e sul-asiáticos com base em leis discriminatórias, como as proibições de aborto seletivo por sexo. Vários casos de grande visibilidade de mulheres que foram criminalizadas pelos resultados das suas gestações antes do caso *Dobbs* envolveram mulheres asiáticas e do sul da Ásia, e os processos contra elas foram alimentados pela misoginia anti-imigrante.

A tendência dos EUA de resolver crises de saúde com encarceramento tem implicações perigosas para as pessoas que vivem nessas interseções, e as barreiras linguísticas, o status migratório e os estigmas culturais podem tornar ainda mais difícil libertá-las das garras da lei. Para libertar o aborto, devemos construir uma cultura de justiça reprodutiva não só nas nossas comunidades, mas também nas nossas políticas públicas e sistemas de saúde.

\* \* \*

Pouco depois de terminar o ensino médio, Cori Bush, de 17 anos, viajou com a igreja para a Cidade de Jackson, no Mississippi. Ela sonhava em passar para uma faculdade ou universidade historicamente negra<sup>9</sup>, mas ficou perdida quando as suas notas caíram, ao ser alvo de *bullying*, e perdeu a chance de conseguir auxílio financeiro. Na viagem, ela conheceu um amigo de um amigo, um homem de vinte anos que a fazia rir e que mais tarde pediu para passar no seu quarto de hotel. Ela

---

<sup>9</sup> [N.T.] O texto refere-se às *Historically Black Colleges and Universities* (HBCU). Fundadas a partir século XIX, essas instituições desempenharam importante papel durante o período de segregação racial dos EUA, quando a maioria das universidades vetava a entrada de estudantes negros. Atualmente, estima-se que existam mais de cem faculdades ou universidades historicamente negras, públicas e privadas, responsáveis pela matrícula de aproximadamente 10% dos estudantes negros do país.

concordou, pensando que eles continuariam a conversa, mas quando ele apareceu tarde da noite, estuprou-a sem dizer uma palavra.

Chocada e paralisada, Cori não sabia o que fazer. Após o estupro, ele simplesmente se levantou, vestiu-se e saiu do quarto. Mais tarde, quando Cori descobriu que estava grávida de nove semanas, tentou entrar em contato com o homem, mas nunca obteve resposta. Ela se sentia sozinha, mas sabia o que queria fazer. Cori encontrou o número de uma clínica local nas Páginas Amarelas e marcou uma consulta na *Planned Parenthood*. O aborto custava mais que 300 dólares. Cori trabalhava meio-período e recebia um salário-mínimo, que naquela época era pouco mais de cinco dólares por hora, e demorou algumas semanas para juntar o dinheiro.

Em seu histórico depoimento no Congresso em 2021, ao lado das congressistas Barbara Lee e Pramila Jayapal, a deputada Bush lembrou seu caso de violência sexual e a experiência degradante que sofreu na clínica. Ela nos disse que, desde então, a *Planned Parenthood* “deu passos enormes e tremendos” para melhorar o atendimento às pacientes, mas que esse não era o caso em 1994. “O que eu passei foi ser tratada como um fardo — uma sub-humana, uma depravada”, nos disse ela. “Eu era aquela jovem negra, e estava lá sozinha”. A deputada Bush relatou que, enquanto estava na sala de espera, ouviu funcionários da clínica fazerem comentários depreciativos sobre outra jovem paciente negra, dizendo que ela tinha arruinado a sua vida, e que “é isso que elas [as garotas negras] fazem”. Durante uma sessão de aconselhamento, a deputada Bush lembrou que lhe disseram que o seu bebê ficaria “estragado” se ela levasse a gravidez adiante, porque sua gestação não era saudável e ela acabaria precisando de assistência social. A humilhação continuou quando, na sala de recuperação, ela ouviu pacientes brancas falando sobre como a equipe de aconselhamento tinha lhes dito que o futuro delas seria brilhante e que as suas opções seriam ilimitadas.

A deputada Bush nos contou que fez um segundo aborto enquanto cursava uma HBCU local. Desta vez, ela estava mais confiante sobre sua decisão; tornar-se mãe, naquele momento, não fazia parte dos seus planos. No entanto, seu aborto foi adiado até as 12 semanas de gravidez, porque ela levou um tempo para tomar a decisão e

demorou um pouco para conseguir o dinheiro para o procedimento, uma vez que estava estudando em tempo integral.

A deputada Bush achou importante destacar as diferenças no atendimento e tratamento oferecido a pacientes brancas e não brancas, pois são essas as disparidades que contribuem para os maus resultados de saúde em nossas comunidades. “Não é possível falar sobre aborto sem falar sobre as barreiras e limitações”, explicou. Ela reconhece a hipocrisia de seus colegas, que preferem que as pessoas recebam auxílios do governo, deem à luz e criem os filhos, em vez de fazer um aborto, enquanto esses mesmos políticos, segundo ela, trabalham para cortar o financiamento da assistência social e para excluir os beneficiários dos programas de seguridade social. Ela sabe que isso não é justiça reprodutiva; temos de apoiar e investir em todas as decisões ao mesmo tempo.

A deputada Bush incorpora as suas experiências pessoais e as de seu eleitorado em todas as suas decisões políticas. Como enfermeira registrada e pastora ordenada, uma parte essencial da plataforma política da deputada sempre foi a saúde para todos, porque todos merecem acesso a cuidados de saúde, independentemente do seu emprego ou situação econômica. “Quando vim para este trabalho”, nos disse Bush, “foi sempre pensando nos momentos em que precisei de ajuda. Pensando no que era que eu precisava, naquela época, quando eu quase não tinha informação sobre a minha saúde reprodutiva e não compreendia o que estava acontecendo com o meu próprio corpo”. A deputada Bush se orgulha de compartilhar sua história para mudar as narrativas e inserir a justiça reprodutiva no debate político porque, como costumam dizer, o pessoal é político. “Não temos nenhum motivo para ter vergonha”, declarou em 2021. “Vivemos numa sociedade que falhou em legislar o amor e a justiça para a gente. Nós merecemos algo melhor”.

A Dra. Ying Zhang é uma das profissionais que praticam abortos e que tentam melhorar os cuidados prestados às suas pacientes e as de outros profissionais que ela forma, a partir da justiça reprodutiva e de sua própria experiência. Embora a mãe da Dra. Zhang tivesse contado que ela já tinha feito abortos, e que a Dra. Zhang soubesse que aborto era algo normal e que deveria ser normalizado, ela ainda recebia sinais dos seus pais sino-americanos de que sexo fora do casamento seria algo



errado. Criada nas Carolinas<sup>10</sup>, ela não teve uma educação sexual integral; a educação sexual oferecida resumia-se a imagens de infecções sexualmente transmissíveis, destinadas a assustar em vez de educar. Mesmo na Faculdade de Medicina, quando a Dra. Zhang já desejava trabalhar em serviços de aborto, toda a formação era voltada à contracepção como método para prevenir o aborto e estigmatizá-lo como um procedimento que deveria ser seguro, legal e raro. Esse estigma do aborto em sua formação médica fez com que ela se sentisse estigmatizada ao precisar abortar durante seu último ano de residência, conforme ela nos contou.

Ela estava casada há pouco mais de um ano quando, de forma inesperada, testou positivo para a gravidez. O momento não era oportuno para ela e seu marido; ele a apoiou durante o aborto, que ela conseguiu realizar devido às leis mais liberais do seu estado. Mas, mesmo assim, ela sentiu o estigma; ela não contou a nenhum dos seus colegas que estava passando por um aborto. “Fiquei com vergonha por não ter conseguido evitar a necessidade de fazer um aborto”. Quando descobriu o paradigma da justiça reprodutiva, tudo fez sentido. “Cheguei à conclusão de que os desejos de planejamento familiar estão num espectro”, nos disse ela. “A única maneira de desestigmatizar o aborto é normalizá-lo e falar sobre isso, não como algo a ser evitado, mas como parte de serviços integrais para pessoas que têm a capacidade de engravidar”.

Hoje em dia, a Dra. Zhang é médica de família e trabalha em serviços de aborto, treinando outros médicos para realizar abortos, oferecer métodos contraceptivos e cuidados em perda gestacional, sob a ótica da justiça reprodutiva. Ela reconhece como os estereótipos racistas e classistas afetam os cuidados recebidos pelas pacientes, sobretudo entre aquelas que não usam contraceptivos. Segundo ela, a perspectiva de alguns profissionais de saúde é de julgar e tentar resolver as necessidades imediatas da paciente, em vez de uma abordagem holística, que dialogue com elas sobre suas opções e objetivos de planejamento familiar.

---

<sup>10</sup> [N.T.] Carolinas é o nome genérico que se refere conjuntamente aos estados de Carolina do Norte e Carolina do Sul nos EUA.

Para a Dra. Zhang, seu aborto foi o que lhe permitiu planejar a sua família nos seus próprios termos, quando ela e seu marido estavam prontos. Ao engravidar, ela se inscreveu num programa de apoio aos pais no início da gestação, onde foi colocada junto de outras famílias gestantes, com datas de parto semelhantes, em sua vizinhança. Embora ela desejasse ter conhecido mais famílias pretas e pardas, o programa permitiu que ela conhecesse outras famílias que se apoiaram mutuamente ao longo da experiência. Para nós, essa é a beleza da justiça reprodutiva: a Dra. Zhang conseguiu receber os cuidados e o apoio de que precisava em suas duas gestações, e está fazendo a sua parte para mudar o sistema e garantir que mais pacientes tenham experiências ainda melhores e mais atenciosas em seus cuidados de saúde reprodutiva.

\* \* \*

A justiça reprodutiva é mais do que uma estrutura organizacional; é uma visão para um modo de vida. Ela nos obriga a olhar para os sistemas de poder, privilégio e opressão que influenciam todas as nossas decisões diárias e opções sobre a gravidez, na vida. Ela nos pede para que nos comportemos de outra maneira, conosco mesmas e com quem amamos, e para criarmos políticas diferentes e mais humanas. Ela nos convida a ter curiosidade sobre as razões pelas quais alguém pode tomar uma decisão e a lhes oferecer os recursos e o apoio para que possam decidir o melhor para si. Foi fácil para os profissionais de saúde descartarem as experiências da Dra. Bond e da Cherisse, mas a crença que elas tinham na justiça reprodutiva as incentivou a se conectarem enquanto aprendiam sobre os seus corpos e como serem capazes de decidir se, quando e como aumentar as suas famílias. Quão diferentes teriam sido as experiências de aborto da deputada Bush e de Shivana se alguém como a Dra. Zhang estivesse lá para cuidar delas, já que ela própria tinha passado pelo procedimento e compreendia que a justiça reprodutiva é a chave para possibilitar melhores cuidados de saúde num ambiente estéril e elitista?

O que é possível quando a justiça reprodutiva é alcançada? Como a justiça reprodutiva pode mudar as nossas vidas? A beleza desse arcabouço é que ele pode ser aplicado a tudo em nosso mundo. Podemos construir um sistema de imigração melhor se nos concentrarmos em manter as famílias unidas e garantir que as pessoas

sem documentos tenham os cuidados reprodutivos de que precisam. Podemos pedir o fim das prisões em massa e das prisões de imigrantes, porque elas são desumanas, especialmente para pessoas grávidas, mães e pais. Nossa política externa adquire outro tom quando reconhecemos a humanidade das famílias que estão do outro lado das bombas do nosso país. Essas famílias, também, merecem a possibilidade de criar os seus filhos livres da violência legitimada pelo Estado.

Quando adotamos uma abordagem de justiça reprodutiva, mudamos nossa forma de enxergar as nossas políticas internas; em vez de gastar dinheiro em guerras e prisões, exigimos que o dinheiro seja gasto para alimentar e alojar famílias, para educar o nosso país e para expandir o *Medicaid* e o *Medicare* para todos – incluindo tratamentos de fertilidade, cuidados de afirmação de gênero e aborto para todo mundo, não apenas para quem pode pagar. Nesta visão, todo mundo pode escolher se, quando e como aumentar as suas famílias — incluindo famílias queer, famílias monoparentais por opção, famílias poliamorosas e famílias com deficiência. Mães e pais não deveriam ter de decidir sobre suas gestações dependendo de quanto dinheiro têm disponível durante a gravidez, de tal forma que suas decisões sejam tomadas por suas contas bancárias ou pelo governo. Com financiamento adequado para as famílias, é possível que a adoção se torne irrelevante, porque aqueles que hoje em dia entregam os seus filhos teriam o dinheiro necessário para criá-los, que é o que prefeririam fazer.

Para nós, a visão da justiça reprodutiva é parte integrante da libertação do aborto. Quando todas e todos nós nos sentimos livres para decidir o que fazer com as nossas gestações, inclusive para escolher abortar, sem vergonha ou estigma, os outros estigmas também caem por terra. Todos os estigmas estão interligados, porque vêm das mesmas crenças racistas sobre quem é digno e capaz de procriar e quais famílias merecem apoio e cuidados. A justiça reprodutiva nos incentiva a olhar para a história e para as falhas massivas da rede de seguridade social do nosso país e a fazer o que é certo por todas e todos nós, seja qual for a nossa decisão. Mas, primeiro, temos de nos abrir para enxergar o que é possível com a justiça reprodutiva e desejar nos transformarmos por esta nova visão.